

PAIGC

É A FORÇA DO POVO

Programa Eleitoral do PAIGC | Eleições Legislativas 2019





**PROGRAMA
ELEITORAL**

**PA TERRA RANKA
UM BIAS**

**LEGISLATIVAS
2019**



VOTA PAIGC

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO PAIGC 4

PREÂMBULO 8

EIXO 1 - CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO 11

1.1. Reforma do sistema político 11

1.2. Reforma do sector da justiça 12

1.3. Reforma do sector da defesa e segurança 13

1.4. Reforma da administração pública 14

1.5. Regulação da administração territorial 14

1.6. Reestruturação da comunicação social 15

1.7. Inovação e governação eletrónica 16

EIXO 2 - PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E REDUÇÃO DA POBREZA 17

2.1 Política macroeconómica e gestão das finanças públicas 17

A. Política macroeconómica 17

B. Gestão das finanças públicas 18

2.2 Políticas públicas de incentivo à criação de emprego 19

2.3 Promoção do Emprego Jovem 20

2.4 Criação de riqueza e redução da pobreza 21

2.5 Finanças inclusivas 22

2.6 Promoção do sector privado e diversificação da economia 23

EIXO 3 - DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRODUTIVO E INFRAESTRUTURAÇÃO DO PAÍS 25

3.1. Agricultura, agroindústria e pecuária 25

3.2. Pescas 28

3.3. Turismo 30

3.4. Minas 31

3.5. Programa de Infraestruturação do País 32

3.5.1. Energia, Água e Saneamento 33

3.5.2. Telecomunicações 34

3.5.3. Estradas e Pontes 35

3.5.4. Portos e Aeroportos 36

3.5.5. Desenvolvimento Urbano 38

EIXO 4 - VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS 39

4.1. Educação 39

4.2. Saúde 40

4.3. Proteção social 42

4.4. Habitação Social 43

4.5. Cultura 44

4.6. Desporto 45

EIXO 5 - REDINAMIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIÁSPORA 46

5.1. Uma diplomacia virada para o desenvolvimento 47

5.2. Cooperação Internacional 48

5.3. Integração regional e sub-regional 48

5.4. Participação da diáspora Guineense no desenvolvimento da Guiné-Bissau 48

EIXO 6 - PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CAPITAL NATURAL 50



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO PAIGC

...o homem que sabe que os homens não podem ser sábios é o mais sábio de todos os homens. Sócrates

PAIGC – A força que vem do povo.

Eis-nos em mais um ponto de partida do percurso iniciado há cerca de quatro anos e através do qual nos comprometemos a propor uma nova página na história do nosso país, na vida da nossa sociedade e na definição do nosso próprio destino. Não que tenhamos andado em círculo, nem por termos voltado para trás, mas simplesmente porque o fenómeno democrático inventou este princípio extraordinário, de avaliação das escolhas do povo e de validação dos mandatos dos seus representantes, numa periodicidade fixa.

A democracia nos convoca a mais esta festa, em que enquanto cidadãos livres somos chamados a avaliar a nossa caminhada e decidir se mantemos o mesmo trilho ou se escolhemos uma nova trajetória, o que já por si é um exercício importante, pois é o tempo em que muitos dão conta da necessidade de ser livre e de ter um propósito.

Ora, o pressuposto básico para assegurar a liberdade é, indiscutivelmente, aceitar a limitação dessa liberdade, alguma restrição, através do mecanismo que se convencionou chamar de lei. **Quem vive em sociedade tem de aceitar e respeitar as leis dessa sociedade.** Depois, é importante traçar um rumo, “que já nem sempre é o Norte”, e ser decidido e coerente nas estratégias para lá chegar e proclamar conquistas.





Há quatro anos, o PAIGC assumiu o compromisso de tirar o país da letargia e promover uma governação séria e competente, que combatesse o fenómeno da pobreza e criasse bases para o desenvolvimento do país. O povo respondeu positivamente, outorgando uma maioria absoluta no parlamento, entendida como a condição suficiente para garantir a estabilidade governativa nos quatro anos da legislatura e assegurar a implementação da visão estratégica tão claramente concebida e delineada. O PAIGC interpretou de forma positiva a confiança assim expressa e promoveu uma espécie de “contrato social”, traduzido na formação de um governo inclusivo, na elaboração de um Plano Estratégico que reunisse todas as competências e disponibilidades e na condução do país por métodos de participação ativa de todos.

Bastaram treze meses para que os resultados surgissem, a começar pelo programa de urgência, passando pelo programa de contingência, antes de chegar ao de desenvolvimento. O país começou a respirar confiança e determinação em recuperar e relançar o sonho Guineense. Isso despertou a atenção e o respeito da Comunidade Internacional que quis demonstrar a sua crença e comprometimento, tendo comparecido em massa e de forma séria à convocação feita para Bruxelas, afirmando disponibilidade para dar largas à bolsa e financiar os programas então apresentados, numa soma superior ao próprio Produto Interno Bruto do país. Era algo inédito, pouco, se alguma vez visto. A nação Guineense tinha razões para celebrar, e um pouco pelo país, em todas as franjas da sociedade, tanto dentro como na diáspora, essa celebração foi acompanhada por uma onda de confiança e de otimismo, afinal aquilo de que se alimenta a economia para poder crescer e se consolidar.

Forças contrárias a este desígnio do progresso e do desenvolvimento não puderam aceitar esse desfecho. Garantir luz e água em permanência pareceu demais; pagar salários em tempo útil no final de cada mês era uma ofensa; prevenir a epidemia do ébola foi uma ilusão de ótica; e, sobretudo, viver em paz, sem convulsões sociais e construir a garantia de um bom serviço social tanto na saúde e na educação como na solidariedade, eram miragens a evitar. “Não vão eles se entusiasmar e levar a sério a intenção de modernizar as escolas e garantir computadores a todos os estudantes, ou estender o fornecimento de energia a toda a população, rever a grelha salarial e garantir uma remuneração adequada, ou ainda, por exemplo, implementar o programa de infraestruturação integral e global do país”. Eis o que terá levado ao derrube dos dois governos constitucionais do PAIGC e a sucessivas tentativas de instalação de governos de iniciativa presidencial em absoluta afronta às leis e à Constituição da República.

Essas tentativas de solução não só se provaram inconsequentes como tiveram o dom de demonstrar que não existe nenhuma alternativa credível à visão estratégica apresentada pelo PAIGC. Para registo, há que salientar o facto desses governos terem tentado apresentar à ANP a mesma



versão do Programa de Governação do PAIGC que haviam recusado em segunda instância. Mas o que realmente terá surpreendido a esses detratores foi a determinação com que o PAIGC enfrentou a situação, escolhendo exclusivamente métodos e instrumentos democráticos para fazer valer e respeitar seus direitos e conquistas. O PAIGC investiu na sua estruturação interna, restabelecendo a ordem e a disciplina, ao mesmo tempo que rejuvenesceu os seus órgãos, o que cimentou a coesão interna e permitiu que se concentrasse no trabalho sério, com o objetivo de recuperar o tempo perdido e recolocar o país na rampa de lançamento para o desenvolvimento. Uma solução de ordem e disciplina para daí se edificar o progresso é exatamente a fórmula de que necessita o país e que é aqui proposto pelo PAIGC.

O Programa Eleitoral que junto se apresenta é pois, por um lado, a fusão de três documentos estruturais do Partido, como sejam o Programa Eleitoral 2014-2018, o Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka” e a Moção de Estratégia aprovada pelo IX Congresso do PAIGC. Com este Programa, o PAIGC cria as condições necessárias para renovar o compromisso com a comunidade internacional e salvar as promessas de Bruxelas (só possíveis com o seu Programa), ao mesmo tempo que vai à procura de mais fundos estruturantes para que o primeiro dia de governação seja já um dia de construção do desenvolvimento e não de constatação da gravidade da situação deixada para trás pelos anos de desgovernação e desordem impostas ao país.

Os cerca de bilhão e meio de dólares prometidos à Guiné-Bissau só serão desbloqueados com a vitória do PAIGC, pois está mais do que claro ser essa a formação política que oferece as garantias necessárias de visão e de seriedade junto dos parceiros económicos e financeiros internacionais. A esse montante, o PAIGC tem condições de adicionar somas prometidas por importantes parceiros internacionais como a China, a Índia, Angola e outros parceiros bilaterais (que não haviam marcado presença na mesa redonda), assim como os parceiros multilaterais, dentre os quais os fundos árabes, o próprio Banco Mundial (através do “Turn Around Facility”) e muitas outras instituições.

Eis porque um conhecimento detalhado do presente Programa e a sua consequente divulgação junto do eleitorado se revestem de capital importância, pois dessa forma ficará evidente o imperativo de outorgar ao PAIGC uma vitória clara e inquestionável. Com uma maioria confortável, importantes reformas a favor dos jovens (educação, emprego e lazer), do empoderamento da mulher (melhoria da sua condição social e promoção da sua liderança), da reforma das forças armadas, garantindo sua dignidade e reconhecimento, assim como da infraestruturação, serão uma realidade de curto prazo e irão transfigurar o país pela positiva, aproximando-o o quanto antes daquilo que todos os Guineenses ambicionam e merecem.



PA TERRA RANKA UM BIAS



Contudo, é também importante assumir que a vitória do PAIGC é um imperativo para tirar o país da desgraça em que tem sido atolado, com a ligação de suas autoridades e muitos dos familiares a negócios pouco claros que comprometem o respeito dos Guineenses no mundo. Negócios ilícitos que desbravam a nossa floresta e promovem o enriquecimento de uns em detrimento da pobreza do país, em que todos os meios servem para entrar e sair do nosso território sem permitir o exercício do controlo e fiscalização por parte das entidades competentes, em que se chega a afirmar que a proveniência de dinheiros é irrelevante desde que se regresse de bolsos cheios, ou ainda em que entidades oficiais promovem a intriga entre forças policiais, militares e paramilitares, ao ponto de arriscar um conflito interno de proporção e gravidade incomensuráveis.

Essa não é a Guiné-Bissau sonhada pelos Guineenses na sua grande maioria, que, sendo gente humilde e trabalhadora, querem voltar a ganhar o seu pão de forma honrada e merecida, em que a família tem de voltar a ser o núcleo fundamental da sociedade, em que se promove a harmonia entre as diferentes raças e religiões, entre os que vivem dentro e os que estão fora do país, em que se celebra as conquistas de cada um no seu domínio de competência e de acordo com o seu talento, para todos juntos constituirmos uma nação de sucesso, em paz e em harmonia.

Eis o que se propõe com o presente Programa, com seriedade e realismo; com a promessa do trabalho árduo mas a certeza do resultado e do sucesso. Eis porque tenho a confiança de apresentar o presente Programa em nome e em representação do PAIGC, dos Combatentes da Liberdade da Pátria, da JAAC, UDEMU, CONQUATSA, Militantes Sindicalizados, em nome dos veteranos e dos mais jovens, passando por todas as estruturas intermédias, de militantes e simpatizantes. Este é o Programa Eleitoral do PAIGC, mas que se dirige e se destina ao conjunto do nosso povo neste momento decisivo das nossas vidas e do nosso futuro.

Precisamos do voto de todos, para juntos resgatarmos o nosso país e construirmos o nosso futuro.

**PAIGC Força di Povo
Vota PAIGC!**

Pa terra ranka um bias
Pa sol lardi pa tudu.

Domingos Simões Pereira
Presidente do PAIGC
Cabeça-de-lista às eleições legislativas.





PREÂMBULO

Há quatro anos, os Guineenses foram chamados às urnas para escolher os seus legítimos representantes no Parlamento e um Presidente da República. Nesse exercício de cidadania, a escolha foi clara: o povo confiou a governação do país ao PAIGC, atribuindo-lhe a maioria absoluta, e fez do seu candidato presidencial o IV Presidente da República eleito da nossa democracia.

Apesar da sua confortável maioria, o PAIGC decidiu exercer o mandato sob o signo da unidade nacional. Formou o governo mais inclusivo da nossa história, integrando outros partidos políticos, sociedade civil e personalidades independentes.

A legislatura teve um início auspicioso e o primeiro ano da governação foi marcado por uma sucessão de êxitos sem precedentes: aprovação no Parlamento do Programa do Governo, por unanimidade, e dos Orçamentos Gerais do Estado de 2014 e 2015; pagamento de todos os atrasados salariais na administração pública; melhoria significativa no abastecimento de energia elétrica e água; melhorias visíveis nos sectores da saúde e da educação; e reforço considerável da segurança alimentar das populações rurais mais vulneráveis.

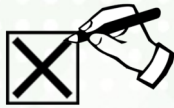
Em Março de 2015, na Conferência Internacional sobre a Guiné-Bissau em Bruxelas, os

parceiros de desenvolvimento prometeram um bilião e quinhentos milhões de dólares para apoiar a implementação do Plano Estratégico e Operacional *Terra Ranka* do Governo do PAIGC, liderado pelo Eng. Domingos Simões Pereira.

Contudo, em Agosto de 2015, quando nada o fazia prever, o Governo do PAIGC foi uma vez mais impedido de terminar a legislatura conquistada nas urnas. O Presidente da República, invocando factos nunca provados, derrubou o governo legítimo saído de eleições livres, justas e democráticas, mergulhando o país numa longa e profunda crise política. O poder foi usurpado por aqueles que não receberam mandato popular para governar; a Constituição foi sistematicamente desrespeitada; o PAIGC tornou-se alvo de todo o tipo de ataques; a instabilidade política acentuou-se; a vida das populações piorou; e a esperança de um amanhã melhor desvaneceu.

É esta a Guiné-Bissau que vai às urnas. É este o país cujo destino está novamente nas mãos do seu povo. Um país amordaçado, onde é proibido sonhar. Um país onde os valores estão invertidos, onde a mediocridade reina sobre a competência, a ganância sobre a humildade, a mentira sobre a verdade, o mal sobre o bem.

O nosso país está numa encruzilhada. A esco-



lha que temos pela frente é clara: ou mantemos o país como está, dividido, sequestrado por interesses obscuros, resignado com a crónica instabilidade política e avesso ao progresso económico, social e cultural; ou pelo contrário, assumimos o compromisso de restaurar a estabilidade política, a unidade naci-

- ◆ É o Partido que já deu provas de ser capaz de mobilizar as sinergias de todos os Guineenses para assegurar o progresso da Nação, como demonstrou o primeiro ano de governação da legislatura finda;
- ◆ É o Partido que ao longo desta profunda crise política, apesar dos ataques de que



onal, a boa governação e a construção do progresso para todos os filhos desta terra. De entre as escolhas possíveis, o PAIGC opta, como sempre fez, por aquela que corresponde aos superiores interesses nacionais. É este o nosso desafio comum. É esta a responsabilidade de cada um de nós.

O PAIGC é o único Partido suficientemente preparado para dar resposta ao desafio coletivo que enfrentamos. Isto porque:

- ◆ É o Partido histórico, verdadeiramente nacional e comprometido com as aspirações do povo Guineense;

foi alvo, teve sempre o discernimento necessário para atuar de forma responsável, privilegiando o diálogo e o estabelecimento de compromissos, como ilustram as várias cedências efetuadas nos processos de construção de consensos;

- ◆ É o Partido que recorreu exclusivamente aos métodos democráticos consagrados na Constituição e nas leis para a resolução de questões fundamentais da nossa vida coletiva, estendendo a sua ação política, sempre que necessário, aos palcos sub-regionais e internacionais;
- ◆ É o partido que pauta a sua atuação pela



colaboração democrática com os demais partidos com os quais partilha os mesmos valores, como demonstra a sua participação plena em espaços estruturados de concertação política;

- ◆ Enfim, é o Partido que só precisa de levar até ao fim uma legislatura para provar que é possível mudar de vez o nosso país.

Com o presente Programa Eleitoral, o PAIGC volta a propor o mesmo compromisso aos Guineenses: o de juntos trabalharmos **PA TERRA RANKA MAS**.

Terra Ranka é a expressão programática do grande compromisso político, económico e social do PAIGC com o povo Guineense. *Terra Ranka* será resgatado a fim de catapultar um

processo acelerado de desenvolvimento do nosso país.

Juntos, iremos concluir o trabalho iniciado na legislatura finda, de forma a melhorar progressivamente as condições de vida do nosso povo.

Juntos, iremos construir uma sociedade de paz, progresso e justiça social.

Juntos, iremos celebrar uma nova Guiné-Bissau, a Pátria com que sonharam Amílcar Cabral e os nossos heroicos combatentes da liberdade da Pátria.

Este Programa está estruturado em torno de seis (6) grandes eixos:

EIXO 1 CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO

EIXO 2 PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

EIXO 3 DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRODUTIVO E INFRAESTRUTURAÇÃO DO PAÍS

EIXO 4 VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS

EIXO 5 REDINAMIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIÁSPORA

EIXO 6 PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CAPITAL NATURAL



EIXO 1

CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO DEMOCRÁTICO, REFORMA E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO

A consolidação do Estado de direito democrático e a modernização do aparelho administrativo do Estado constituem grandes apostas do PAIGC para a próxima legislatura. O futuro da Guiné-Bissau dependerá da sua governação. Só a boa governação permitirá virar definitivamente a página das crises políticas e dos conflitos, reconciliar os cidadãos com a sua classe dirigente, promover a inclusão social e criar a confiança da comunidade internacional.

Esta aposta pressupõe, nomeadamente, a reforma do sistema político, a reforma dos sectores da justiça, da defesa e segurança, da administração pública e do ordenamento territorial. Pressupõe, igualmente, uma comunicação social livre e a aproximação do Estado aos cidadãos, mediante serviços eficientes e acessíveis a todos.

1.1. Reforma do Sistema Político

A necessidade de reformar o nosso sistema político é uma das principais lições da longa crise política que vivemos durante a legislatu-

ra finda. Em conformidade com os entendimentos do Acordo de Conakry, o PAIGC compromete-se a trabalhar para a melhoria das instituições políticas, através da revisão da Constituição e das demais leis que compõem o nosso ordenamento jurídico-político, de modo a servirem a causa da estabilidade política e da paz social.

No âmbito da reforma do sistema político, propomos:

- ◆ Trabalhar para a adoção de um pacto de estabilidade política e social entre os partidos políticos com assento parlamentar e pelos parceiros sociais;
- ◆ Concluir o processo de revisão constitucional;
- ◆ Promover a revisão da Lei Eleitoral e da Lei-Quadro dos Partidos Políticos;
- ◆ Promover a reconciliação nacional, a paz e a estabilidade, mediante a promoção de espaços de diálogo para o intercâmbio de ideias;
- ◆ Reforçar as estruturas institucionais da



juventude e das mulheres e adotar medidas legislativas que promovam a plena participação dos jovens e das mulheres no processo político e de governação;

- ◆ Criar um Fundo de Soberania para o financiamento das eleições.

1.2. Reforma do Sector da Justiça

A consolidação do nosso tecido social exige uma justiça credível, acessível a todos, célere e de qualidade. O sector da justiça desempenha um papel crucial nos esforços para consolidar a paz e a estabilidade política e social, assegurar o Estado de direito democrático e promover a responsabilização coletiva da sociedade. A situação lamentável em que se encontra o nosso sector da justiça torna fundamental um conjunto de reformas e de ações neste domínio.

Propomos:

- ◆ Reforçar, modernizar e melhorar o funcionamento das estruturas do Ministério da Justiça e serviços sob sua dependência;
- ◆ Propor a criação do Tribunal Constitucional;
- ◆ Rever a Lei-Quadro do Ministério Público;
- ◆ Reforçar a capacidade institucional dos tribunais e das magistraturas judiciais e do Ministério Público.
- ◆ Reforçar os programas de formação para juízes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais;
- ◆ Valorizar a carreira dos atores judiciais, criando condições mais condignas ao exercício das suas funções;
- ◆ Promover reformas legislativas, nomeadamente a revisão da legislação penal e processual penal entre outras, que garantam





- maior prevenção e combate à criminalidade;
- ◆ Melhorar as condições de funcionamento dos tribunais, através da construção e equipamento de novos edifícios, bem como da reabilitação dos edifícios existentes;
- ◆ Reforçar os mecanismos de proteção dos direitos humanos;
- ◆ Implementar a política nacional de proteção de menores e das mulheres e criar um centro de atendimento e acompanhamento psicológico e social das vítimas de violência;
- ◆ Expandir a rede de estabelecimentos prisionais;
- ◆ Reforçar a capacidade institucional da Polícia Judiciária;
- ◆ Lutar ativamente contra a corrupção e a promiscuidade entre o Estado e o sector privado;
- ◆ Melhorar os mecanismos de combate à criminalidade transnacional em geral, e em particular ao tráfico de estupefacientes (droga).

1.3. Reforma do Sector da Defesa e Segurança

A reforma das forças de defesa e segurança é essencial para alcançar o bem-estar das populações a médio prazo e renovar o pacto de

confiança entre os cidadãos, as instituições do Estado e as forças armadas e de segurança.

O objetivo da reforma é criar forças de defesa e segurança republicanas que respeitem o processo de consolidação do Estado de direito democrático e assegurem a construção de uma paz duradoura, a reconciliação nacional e o desenvolvimento sustentável do país, em linha com as suas funções constitucionais.

Para o sector da Defesa e Segurança propomos:

- ◆ Concluir a reforma dos sectores da defesa e segurança, nomeadamente através da reestruturação, do redimensionamento e da modernização das forças de defesa e de segurança, bem como da implementação do Fundo de Pensões e de Gratificação, para a desmobilização e inserção dos combatentes da liberdade da Pátria;
- ◆ Implementar a Lei da Carreira Militar;
- ◆ Proceder à divulgação das leis, políticas e estratégias nas áreas de defesa no seio das Forças Armadas e de Segurança e à formação dos seus elementos sobre as leis em vigor para o sector;
- ◆ Prosseguir e reforçar a política de dignificação dos combatentes da liberdade da pátria, atendendo nomeadamente às suas necessidades em termos de habitação, de saúde, da integração social dos dependentes e principalmente da educação dos



seus filhos;

- ◆ Apostar na formação das forças de defesa e segurança, através de cursos de formação e de especialização no país e no exterior;
- ◆ Promover a participação das nossas forças de defesa e segurança em missões internacionais, nomeadamente de manutenção da paz;
- ◆ Incentivar a criação de programas que permitam colocar os recursos humanos existentes das forças de defesa e segurança ao serviço do desenvolvimento do país;
- ◆ Melhorar as condições dos quartéis.

1.4. Reforma da Administração Pública

A reforma da administração pública visa tornar o aparelho administrativo do Estado mais eficaz e melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas.

No domínio da administração pública, propomos:

- ◆ Despartidarizar o recrutamento na administração pública e implementar a legislação em vigor em matéria de concurso público para acesso a cargos públicos e para a progressão na carreira;
- ◆ Instituir um mecanismo de avaliação do desempenho do pessoal da administração pública;

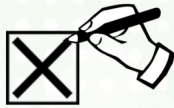
Será erguida uma administração pública moderna e despartidarizada ao serviço do cidadão, com respeito pelas regras de recrutamento e promoção. Uma grelha salarial única será instituída.

- ◆ Encorajar a adoção na administração pública dos 5C's da Boa Governação (capacidade de prestação de serviços; capital financeiro e capital humano, causação, concorrência e carácter);
- ◆ Promover a discriminação positiva, no âmbito da seleção e recrutamento em concursos públicos para acesso à administração pública, por forma a alcançar um maior equilíbrio do género;
- ◆ Melhorar gradualmente a remuneração salarial dos servidores públicos.

1.5. Regulação da Administração Territorial

Em termos de organização da administração territorial, propomos:

- ◆ Organizar eleições autárquicas e instalar as autarquias locais;



- ◆ Promover a desconcentração nos domínios administrativo e fiscal, dotando as entidades autárquicas com recursos financeiros e humanos indispensáveis ao desempenho das suas funções;
- ◆ Propor uma nova divisão administrativa do país;
- ◆ Rever e implementar uma lei da terra mais favorável à promoção do investimento e ao crescimento económico;
- ◆ Elaborar planos diretores de urbanização;
- ◆ Introduzir o Planeamento Urbano Verde em todo o território nacional, principalmente nas cidades e centros urbanos.

1.6. Reestruturação da Comunicação Social

Com a rápida e constante evolução tecnológica, bem como o crescimento contínuo da partilha da informação, é imperativo que seja

dada a máxima importância e relevância ao sector da comunicação social e aos sectores que a complementam, uma vez que desempenham um papel fundamental no tratamento e na difusão da informação, que agora provêm das mais diversas fontes.

De forma a acompanhar estes novos fenómenos e a ter capacidade de resposta pronta e objetiva bem como uma melhor organização dos serviços prestados,

Propomos:

- ◆ Trabalhar no sentido de garantir o respeito pelas liberdades de expressão e informação dos órgãos de comunicação social públicos e privados, particularmente as estações de rádio, estações de televisão, imprensa escrita e internet;
- ◆ Assegurar a modernização e a melhoria das condições de trabalho dos órgãos públicos nacionais (Rádio Difusão Nacional,



Televisão da Guiné-Bissau, Jornal Nô Pintcha, Agência Noticiosa da Guiné e Imprensa Nacional);

- ◆ Assegurar que os apoios ao setor privilegiem a qualificação das empresas públicas e privadas e a sua sustentabilidade;
- ◆ Melhorar a rede de distribuição de sinais de rádio, televisão e internet, para garantir o acesso tendencialmente universal às tecnologias de informação a toda a população Guineense;
- ◆ Concluir a transição para a Televisão Digital Terrestre;
- ◆ Promover a revisão da legislação com relevância para o sector da comunicação, assim como o reforço da regulação.

1.7. Inovação e Governação Eletrónica

Finalmente, a introdução da inovação e da governação eletrónica visa a construção de uma sociedade de informação avançada, com mecanismos credíveis e transparentes, de modo a fazer o sol brilhar para todos (*Sol Na Iardi Pa Tudu*). Para o PAIGC, o pilar central da estratégia de inovação e governação eletrónica é o cidadão, o qual será colocado no centro da atenção dos serviços públicos prestados pelo Estado.

Para alcançar este objetivo, propõe-se:

- ◆ Organizar os serviços e sistemas de informação em torno das necessidades e expectativas dos cidadãos;
- ◆ Apostar na formação, capacitação e valorização do capital humano (público, empresarial e da sociedade civil);
- ◆ Melhorar o registo civil, fiscal, eleitoral, de saúde e de segurança social dos cidadãos, o que permitirá inovar na prestação dos serviços públicos, nomeadamente nos hospitais, nas escolas, na justiça, nas finanças e demais repartições públicas;
- ◆ Criar o Centro Nacional de Atendimento ao Cidadão e a Agência do Cidadão;
- ◆ Automatizar os processos administrativos de rotina a fim de melhorar a qualidade de prestação dos serviços públicos;
- ◆ Definir uma estratégia nacional de governação eletrónica, transversal aos diversos ministérios, sector empresarial e serviços autónomos do Estado, em coordenação com a classe empresarial, sociedade civil e comunidade académica;
- ◆ Implementar os três grandes registos do Estado: registo de pessoas físicas, registo de pessoas jurídicas (comércio, crédito mobiliário, identidade fiscal) e registo de dados georreferenciados do território (cartografia nacional de base digital).

Para o PAIGC, o pilar central da estratégia de inovação e governação eletrónica é o cidadão.



EIXO 2

PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO E REDUÇÃO DA POBREZA

O principal objetivo da política económica e financeira será alcançar um crescimento económico robusto e inclusivo e favorecer a criação do emprego e a redução da pobreza, através da consolidação da estabilidade macroeconómica, a promoção de reformas que facilitem a eliminação dos problemas estruturais da nossa economia e impulsionem o desenvolvimento do sector privado.

2.1. Política Macroeconómica e Gestão das Finanças Públicas

A. Política Macroeconómica

Com um crescimento económico médio anual de 5% entre 2014 e 2018, a Guiné-Bissau precisa redobrar esforços se ambiciona atingir o patamar de país de renda média nos próximos anos. O crescimento económico continua a basear-se na monocultura do caju (90% das exportações) e tem sido favorecido nos últimos anos pelos altos preços internacionais deste produto. Contudo, a fraca diversificação da economia e a instabilidade política têm acentuado a fragilidade económica do país. Para o PAIGC, a diversificação da econo-

mia, através de quatro motores de crescimento (agricultura e agroindústria, pescas, turismo e minas) e o fortalecimento da competitividade, serão as grandes prioridades.



Uma gestão macroeconómica prudente deverá permitir controlar a inflação, que deverá manter-se abaixo do critério de convergência de 3% da zona UEMOA, e reduzir o saldo primário e o défice da balança comercial. A estabilidade do sector financeiro será crucial para a dinamização da intermediação financeira.

A situação fiscal registou melhorias sensíveis na legislatura finda, mas está ainda longe de atingir a metas de convergência da UEMOA. A pressão fiscal situa-se em torno de 11%, muito abaixo da meta de 20% fixada pela UEMOA. Será importante melhorar a eficiência



da administração tributária e prosseguir a reforma fiscal, pela via da simplificação e da modernização do sistema fiscal, a fim de assegurar o aumento da arrecadação de receitas, permitindo a realização das despesas e dos investimentos prioritários, sem criar novos impostos.

No âmbito da política macroeconómica, propomos:

- ◆ Estabelecer como meta uma taxa de crescimento de 7,5% entre 2018 e 2022;
- ◆ Promover a diversificação da economia, nomeadamente através do desenvolvimento dos quatro motores de crescimento;
- ◆ Promover a reforma fiscal e melhorar o desempenho da administração fiscal de modo a atingir a pressão fiscal de 15%;
- ◆ Rever a política de subvenções e de isenções fiscais;
- ◆ Melhorar o ambiente de negócios e favorecer o crescimento do sector privado enquanto motor da economia e da criação do emprego;
- ◆ Garantir a estabilidade do sector financeiro, a fim de fomentar uma intermediação financeira sustentável e inclusiva;
- ◆ Melhorar a qualidade das estatísticas económicas;
- ◆ Criar uma Agência Multisectorial de Regulação Económica para melhorar e harmonizar os procedimentos de regulação dos sectores da energia, telecomunicações, comércio e concorrência;
- ◆ Encorajar as Parcerias Público-privadas nos sectores das infraestruturas e energia.

A Guiné Bissau deverá crescer 7,5% ao ano graças aos quatro motores de crescimento (agricultura e agro-indústria, pescas, turismo e minas) e a riqueza produzida será distribuída equitativamente, privilegiando as populações mais pobres e desfavorecidas.

B. Gestão das Finanças Públicas

Para o PAIGC, em termos de gestão das finanças públicas, a principal prioridade será o reforço do controlo, da qualidade e da transparência das despesas, nomeadamente através do mecanismo do Comité de Tesouraria e da gestão prudente das despesas não tituladas e da dívida pública.

A gestão orçamental será reforçada através de uma maior planificação, supervisão e disciplina de execução. O peso da massa salarial relativamente às receitas fiscais passará de 67% em 2018 a 35% em 2022. Será introduzido um mecanismo eficaz de controlo do Pro-



grama de Investimento Público e fortalecidas as capacidades de produção de estatísticas económicas. Por outro lado, uma governação transparente e eficaz requer um sistema de contratação pública alinhado com as melhores práticas internacionais. Esta adaptação será feita no âmbito do cumprimento das normas da UEMOA em matéria de princípios de eficácia da assistência pública.

No domínio das finanças públicas, propomos:

- ◆ Promover o controlo, a qualidade e a transparência das despesas públicas;
- ◆ Melhorar os processos orçamentais, nomeadamente através do aperfeiçoamento da programação e da supervisão orçamental;
- ◆ Elaborar e implementar o Quadro de Despesas de Médio Prazo (CDMT) a fim de melhorar o planeamento das despesas no âmbito das prioridades sectoriais;
- ◆ Proceder ao saneamento das contas públicas, através de uma auditoria às dívidas públicas e a elaboração de um plano credível para a sua gradual liquidação;
- ◆ Gerir os rácios prudenciais da dívida pública, reforçando nomeadamente a sua sustentabilidade;
- ◆ Assegurar a transparência na gestão dos bens públicos, bem como a sistemática prestação de contas, mediante a publicação regular de relatórios e con-

tas de execução orçamental e a submissão anual das contas públicas ao Tribunal de Contas e ao Parlamento;

- ◆ Melhorar os mecanismos de adjudicação dos mercados públicos;

2.2. Políticas Públicas de Incentivo à Criação de Emprego

Para dar continuidade à transformação iniciada na IX Legislatura, em 2014, necessitamos criar condições objetivas para a implementação de incentivos que proporcionem geração de mais emprego, maior produtividade e criação de riqueza.

A adoção de políticas públicas de incentivo à criação de emprego será uma das nossas prioridades e constituirá um conjunto de propósitos e de ações que produzirão resultados concretos na criação de emprego, particularmente para as franjas mais jovens e mais desfavorecidas da nossa sociedade.





Serão criados 40.000 empregos diretos e indiretos, e medidas de incentivo ao emprego jovem serão adoptadas.

Propomos:

- ◆ Proporcionar a criação de cerca de 40 mil empregos ao longo da legislatura, através da promoção do investimento público e do estímulo ao investimento privado nos sectores chaves e com maior potencial de criação de novos postos de trabalho;
- ◆ Fomentar o acesso ao crédito como forma de dar maior impulso aos micro empreendimentos, às cooperativas e às associações de pequenos produtores;
- ◆ Dar continuidade à democratização das relações de trabalho e à atualização da legislação laboral, com garantia dos direitos básicos dos trabalhadores;
- ◆ Combater o trabalho informal e de carácter exploratório, na perspectiva da sua erradicação;
- ◆ Alargar as oportunidades de inserção de jovens, mulheres e trabalhadores com mais de quarenta anos no mercado de trabalho.

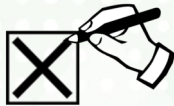
2.3. Promoção do Emprego Jovem

A nossa juventude representa a esperança, a promessa da mudança e a força produtiva capaz de maximizar o bem-estar da nação Guineense. Por isso, investir na criação do emprego jovem é investir no presente e no futuro do país. A crise do emprego jovem nas últimas décadas, particularmente do emprego dos diplomados, impõe ao governo uma abordagem mais proactiva e inovadora para fazer face a este flagelo.

Entendemos que o desemprego e o subemprego persistentes dos jovens comportam custos sociais e económicos muito elevados e ameaçam diretamente os indicadores de desenvolvimento humano e o tecido social da nossa sociedade.

Para combater o desemprego jovem,





propomos:

- ◆ Criar incentivos para atrair investimentos que empreguem jovens nas zonas rurais;
- ◆ Promover políticas macroeconómicas pró-emprego e incentivos fiscais às empresas que apostem na criação do emprego jovem;
- ◆ Lançar parcerias público-privadas para a promoção do emprego jovem;
- ◆ Criar instituições de poupança e crédito para financiamento de iniciativas de auto-emprego dos jovens;
- ◆ Facilitar a redução dos custos do crédito bancário por forma a incentivar o autoemprego dos jovens;
- ◆ Apoiar o emprego informal e incentivar a prática de inscrição no sistema de segurança social;

- ◆ Implementar programas de estágios profissionais na administração pública e no sector privado;
- ◆ Criar o Programa de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego Jovem;
- ◆ Criar o Programa Nacional da Agricultura Jovem para financiar projetos individuais ou coletivos para jovens agricultores;
- ◆ Conceber programas alternativos de alfabetização e de formação profissional para os jovens que tenham abandonado a escola precocemente;
- ◆ Promover o empreendedorismo jovem e incluir o empreendedorismo nos currículos escolares, particularmente no ensino secundário e superior.

2.4. Criação de Riqueza e Redução da Pobreza

Os indicadores de pobreza monetária e não-monetária na Guiné-Bissau estão entre os mais baixos da África Subsaariana. 70% da população do país é pobre e 33% muito pobre. A pobreza tem sido agravada pela cíclica instabilidade política, social e económica que o país conheceu nos últimos anos.

A redução da pobreza passará pela promoção de políticas públicas que promovam um crescimento económico inclusivo e uma maior igualdade na repartição da riqueza criada. Simultaneamente, políticas que favoreçam a emancipação económica e social





das camadas sociais mais desfavorecidas, particularmente as mulheres das zonas rurais, permitirão reduzir as acentuadas desigualdades na distribuição de riquezas e fomentar uma prosperidade partilhada.

Propomos:

- ◆ Alavancar a política de criação de riqueza nos quatro motores de crescimento da economia (agricultura e agro-indústria, pescas, turismo e minas);
- ◆ Proporcionar uma melhor distribuição de riqueza através de políticas públicas inclusivas;
- ◆ Promover e financiar programas e projetos com incidência nas zonas rurais, nos domínios da agricultura, da transformação da castanha de caju, da pesca artesanal e da transformação de produtos halieuticos, com utilização de mão-de-obra intensiva;
- ◆ Valorizar os produtos agrícolas não tradicionais e promover a sua transformação local;
- ◆ Apoiar a organização de cooperativas de produção, bem como de associações de actividade económica, principalmente entre as mulheres das áreas mais desfavorecidas, enquanto potenciais actividades geradoras de rendimento;
- ◆ Promover actividades de alta intensidade de mão-de-obra nas zonas rurais, baseadas na abordagem trabalho por alimento (*food for work*).

2.5. Finanças Inclusivas

A utilização de mecanismos financeiros não tradicionais no apoio à promoção de actividades económicas dos mais pobres tem-se revelado um importante instrumento de inclusão e de redução da pobreza.

As finanças inclusivas, particularmente o micro-crédito, representam um poderoso veículo de empoderamento das populações mais vulneráveis, particularmente as mulheres, oferecendo oportunidades únicas de elevação da qualidade de vida dos seus beneficiários.

Facilidades de micro-crédito para o empoderamento das mulheres serão concedidas e um banco de fomento das actividades económicas das mulheres será criado.

Propomos:

- ◆ Estender o micro-crédito às populações mais desfavorecidas, principalmente para as actividades económicas das mulheres produtoras;
- ◆ Reforçar a capacidade das instituições de promoção e de supervisão da poupança e do micro-crédito;
- ◆ Promover campanhas de sensibilização e



- de formação para as mulheres produtoras das zonas rurais em matéria de oportunidades de acesso ao micro-crédito;
- ◆ Conceder incentivos para a criação de bancos de crédito.

2.6. Promoção do Sector Privado e Diversificação da Economia

O sector privado é o principal motor de crescimento da nossa economia. A expansão da atividade do sector privado e o aumento do investimento privado têm sido dificultados pelo precário ambiente de negócios, pela fraca poupança interna e pelo reduzido acesso dos privados nacionais ao crédito bancário.

Outros fatores que representam constrangimentos ao desenvolvimento do sector privado incluem ineficiências nos serviços que lidam com o comércio internacional, nomeadamente as alfândegas; o fraco controlo das importações via terrestre, engendrando concorrência desleal e a fuga ao fisco; e o défice no fornecimento de energia elétrica, entre outros.

A implementação do Plano Estratégico *Terra Ranka*, nomeadamente nas áreas produtiva e de infraestruturção, será uma oportunidade para um maior envolvimento do sector privado nacional no processo de transformação estrutural do país.

Propomos:

- ◆ Melhorar gradualmente o ambiente de negócios na Guiné-Bissau, com reflexos num melhor posicionamento do país no índice do *Doing Business* do Banco Mundial;
- ◆ Apoiar a capacitação do sector privado nacional, nomeadamente através do reforço institucional das suas organizações representativas;

O sector privado beneficiará de uma atenção privilegiada do governo, enquanto gerador de riqueza e do emprego, através de um diálogo permanente e da melhoria do ambiente de negócios e das condições de acesso ao crédito.

- ◆ Promover o diálogo permanente com o sector privado, nomeadamente através da criação de um Fórum Permanente de Diálogo entre o governo e o sector privado;
- ◆ Rever e aprovar as leis das parcerias público-privadas;
- ◆ Simplificar os procedimentos, melhorar a eficiência e reduzir o tempo e os custos dos serviços alfandegários;
- ◆ Combater a evasão fiscal e a concorrência desleal;



- ◆ Apoiar o processo de migração das atividades do sector informal para o sector formal;
- ◆ Conceder apoios específicos às pequenas e médias empresas, sobretudo no domínio da industrialização e transformação de produtos locais (frutas, hortaliças);
- ◆ Instituir um centro de apoio a micros e pequenas empresas;
- ◆ Criar uma cadeia de valor para a produção e exportação de produtos, designadamente frutas e legumes orgânicos de alto valor e procura no mercado internacional.
- ◆ Criar unidades de conservação de produtos agrícolas para o abastecimento do mercado interno e exportação.
- ◆ Estimular a participação da diáspora Guineense no financiamento de projetos no país.





EIXO 3

DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRODUTIVO E INFRAESTRUTURAÇÃO DO PAÍS

Para o PAIGC, o desenvolvimento do sector produtivo, nas suas várias vertentes, é fundamental para que o país possa ter uma economia diversificada, que se apoiará em quatro motores de crescimento: a agricultura e a agroindústria, as pescas, o turismo e as minas.

3.1. Agricultura, Agroindústria e Pecuária

A agricultura e a agroindústria continuarão a ser o principal motor de crescimento da nossa economia. A agricultura domina a economia, representando 69% do PIB, 85% dos empregos diretos e 90% das receitas de exportação.

Apesar de dispor de uma vasta superfície de solo arável e de um clima propício à produção agrícola, somente 50% das terras cultiváveis são exploradas e a produtividade das terras é fraca. O sector agrícola é pouco diversificado e o caju representa metade das superfícies cultivadas. Praticamente toda a castanha é comercializada em bruto, sem qualquer valor acrescentado, não permitindo

ao país beneficiar plenamente desta importante riqueza.

A produção do arroz, base da alimentação das populações, está muito longe de garantir a auto-suficiência alimentar. A insegurança alimentar afeta cerca de dois terços da população. A meta do presente Programa é desenvolver a produção do arroz, aumentar os rendimentos agrícolas e atingir a auto-suficiência alimentar no horizonte da legislatura.

Propomos, neste sector:

- ◆ Implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola, Segurança Alimentar e Nutricional;
- ◆ Aumentar gradualmente o Orçamento Geral do Estado para o sector da agricultura;
- ◆ Implementar a lei da terra;
- ◆ Desenvolver um quadro normativo e institucional que permita o desenvolvimento sustentável do sector da agricultura;
- ◆ Atualizar os estudos sobre potencialidades e uso de terras agrícolas (carta de vulnerabilidade climática e zonagem agro-



ecológica);

- ◆ Promover um vasto programa de incentivo à produção de arroz, tendo em vista a redução substancial da importação, através da utilização e gestão de 20 000 hectares de terras aráveis;
- ◆ Reabilitar as terras degradadas e modernizar as práticas agrícolas, através da mecanização agrícola e o ordenamento hidroagrícola de 25 mil hectares até 2022 (10 mil hectares de bolanhas de água salgada, 12 mil hectares bas-fonds e 3 mil hectares de superfícies irrigadas);
- ◆ Reorganizar os sistemas de armazenamento e de distribuição de cereais;
- ◆ Concluir o estudo de viabilidade da Agência Nacional de Mecanização Agrícola e criar condições para a sua implementação;
- ◆ Promover a transformação local da castanha de caju, por meio de procedimentos com utilização de mão-de-obra intensiva, dando valor acrescentado ao produto e criando empregos;
- ◆ Modernizar as práticas agrícolas das populações através da organização de cooperativas com apoio da mecanização agrícola, da utilização de insumos para aumento da produtividade e de atividades de extensão e formação aos produtores individuais, às cooperativas e às associações;
- ◆ Desenvolver a horticultura e apoiar a pro-

dução e a comercialização de produtos hortícolas, através da gestão de 500 hectares de perímetros hortícolas;

Um programa de produção de arroz com utilização de 50.000 hectares de terra será lançado, tendo em vista atingir a auto-suficiência alimentar. O processamento local da castanha de caju será promovido. A pecuária será relançada e as nossas florestas serão protegidas contra as várias ameaças.

- ◆ Valorizar os produtos agrícolas não tradicionais e promover a sua transformação agroindustrial.
- ◆ Diversificar as culturas de exportação (caju, algodão, mancarra, raízes e tubérculos, frutas, legumes e outras);
- ◆ Promover o processamento local da castanha de caju para exportação;
- ◆ Atualizar o Inventário florestal, datado de 1985, para suplantar a grande incerteza existente sobre o estado atual da nossa floresta;
- ◆ Definir os domínios florestais (público,



- privado, comunitário, mata sagrada e outros) e as concessões florestais;
- ◆ Melhorar a gestão das terras, englobando as florestas comunitárias, associando as comunidades rurais diretamente na sua

- ◆ Disponibilizar áreas específicas para produção hortícola nas Regiões em função do potencial existente.

A pecuária é um domínio pouco explorado. A criação bovina faz-se de modo tradicional,



- gestão;
- ◆ Atualizar o quadro normativo das florestas e caça;
- ◆ Reforçar a capacidade institucional do INPA e dotá-lo de recursos humanos capacitados nos domínios da pesquisa e experimentação;
- ◆ Reforçar a cooperação com as instituições de pesquisa a nível sub-regional, regional e internacional;
- ◆ Criar condições para o funcionamento pleno do laboratório nacional de sementes;
- ◆ Interditar a ocupação das zonas húmidas apropriadas para fins agrícolas;

sem utilização de tecnologias modernas, e o país continua muito dependente da importação de carne para satisfazer a sua procura interna. Do mesmo modo, a produção avícola não satisfaz as necessidades do mercado nacional.

No entanto, a Guiné-Bissau dispõe de um enorme potencial de produção (recursos de pastagens, terras férteis e água), propício ao desenvolvimento da pecuária.

Propomos:

- ◆ Estimular o investimento privado no sector, nomeadamente na construção de pequenas unidades de transformação, com vista ao aumento da produção;



- ◆ Redinamizar os serviços veterinários, principalmente nos domínios da pesquisa e da vulgarização;
- ◆ Adotar medidas de segurança física e económica dos criadores;
- ◆ Desenvolver infraestruturas de abate, especialmente com a construção de um centro moderno de abate em Bissau.

As estratégias de proteção fitossanitária têm uma importância crescente para a segurança alimentar da humanidade. As normas e medidas devem ser estabelecidas pelo Ministério da Agricultura para proteger a cadeia produtiva e evitar a contaminação e a disseminação dos inimigos das culturas no território nacional.

Propomos:

- ◆ Promover a proteção fitossanitária, dando ênfase à gestão integrada contra os organismos nocivos com vista a proteger o homem e o meio ambiente;
- ◆ Reforçar a capacidade técnica dos Serviços de Proteção Vegetal;
- ◆ Integrar um serviço de controlo de qualidade dos produtos vegetais no seio dos Serviços de Proteção Vegetal;
- ◆ Construir e equipar infraestruturas (postos de controlo no porto, aeroporto e fronteiras terrestres) e reforçar as capacidades de controlo fitossanitário;
- ◆ Promover a renovação das copas dos ca-

jueiros e o espaçamento entre as plantas (técnicas culturais) para minimizar a incidência do ataque dos seus organismos nocivos.

3.2. Pescas

O sector das pescas é o segundo motor de crescimento, com capacidade para proporcionar valor acrescentado à economia e gerar empregos. O país dispõe de uma vasta plataforma continental com uma rica variedade de recursos. No entanto, os benefícios que tira desses recursos são bastante limitados. As capturas oficiais representam menos de 30% do potencial explorável com base no rendimento máximo sustentável. A falta de infraestruturas pesqueiras nos domínios da conservação e da transformação, a falta de uma frota pesqueira e a insuficiência de profissionais qualificados, limitam a capacidade nacional de exploração adequada desses recursos.

As receitas com a emissão de licenças de pesca são insignificantes em relação às potencialidades pesqueiras do país. A pesca artesanal, potencial fonte de abastecimento do mercado nacional e de emprego para largas camadas da população, também está muito abaixo do seu potencial.

O objetivo no sector das pescas é, com base numa exploração sustentável dos recursos haliêuticos, criar as condições infraestruturais e institucionais necessárias para o au-



mento significativo das capturas, bem como para o desembarque e a valorização local de grande parte dessas capturas, sempre na ótica de uma exploração sustentável dos recursos haliêuticos.

quais o repouso biológico na Zona Económica Exclusiva e nos principais rios;

- ◆ Promover a formação contínua de quadros para o setor pesqueiro, particularmente de profissionais para as atividades



As capturas dos nossos recursos pesqueiros serão levadas a cabo de forma sustentável, assegurando o investimento em infraestruturas e transformação para geração do emprego local, e o nosso mar será protegido contra atividades e práticas devastadoras.

Propomos:

- ◆ Promover a boa governação do sector das pescas, através do reforço e da adequação do quadro legal e institucional do sector, da melhoria do conhecimento sobre o estado dos recursos pesqueiros, do controlo das águas sob jurisdição nacional, do combate à pesca ilegal (com particular ênfase na zona costeira) e da criação de um ambiente favorável à exportação dos produtos pesqueiros;
- ◆ Tomar medidas de conservação e preservação dos recursos pesqueiros, entre as

produtivas;

- ◆ Com vista à integração da frota estrangeira na economia nacional, promover o desenvolvimento da pesca, através da construção de infraestruturas adequadas, nomeadamente portos de pesca, unidades de conservação e transformação dos produtos da pesca, e da criação de um ambiente favorável para a valorização e a exportação dos produtos da pesca;
- ◆ Melhorar e reforçar a rede de distribuição do pescado a nível nacional, permitindo que as populações das zonas mais longín-



quas e das zonas onde não se pratica a pesca, possam consumir o pescado fresco e congelado;

- ◆ Fomentar o particular desenvolvimento dos setores com grande potencial, nomeadamente a pesca artesanal e a aquacultura, com vista a contribuir para a melhoria da segurança alimentar e a criação de empregos;
- ◆ Incentivar a participação do sector privado no desenvolvimento do setor das pescas, de forma isolada e/ou em parceria com o Estado, através da criação de condições que favorecem as parcerias e o investimento.

3.3. Turismo

O turismo é o terceiro motor de crescimento da economia. Trata-se de um sector bastante subaproveitado, apesar das suas imensas potencialidades, decorrentes nomeadamente da beleza natural do país e da sua rica biodiversidade.

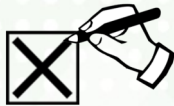
O destino turístico Guiné-Bissau é praticamente desconhecido. Estima-se que o número anual de turistas que visitam a Guiné-Bissau represente menos de 1% dos turistas acolhidos na zona UEMOA. São vários os fatores que afetam o desenvolvimento do turismo nacional. Os dois principais fatores são o défice de imagem e o défice de infraestruturas. A imagem negativa do país transmite um sentimento de insegurança aos turistas.

Por outro lado, a falta de infraestruturas de transporte e de acolhimento tornam o destino dispendioso.

O objetivo no sector do turismo é tornar o Arquipélago dos Bijagós um destino de eco-turismo mundialmente conhecido e criar as condições para o desenvolvimento de uma oferta turística de qualidade.

O Arquipélago dos Bijagós tornar-se-á um destino turístico mundialmente conhecido, e o eco-turismo irá atrair pelo menos 25.000 turistas por ano a partir de 2022 .





Assim, propomos:

- ◆ Implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico;
- ◆ Rever o Código do Turismo para ter em conta as novas orientações de desenvolvimento do sector definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento Turístico;
- ◆ Fomentar a construção de infraestruturas e serviços de suporte para a oferta de um turismo de qualidade (melhorias do aeródromo de Bubaque, construção de um hospital de referência no Arquipélago dos Bijagós, garantia de ligação marítima entre as ilhas);
- ◆ Publicitar uma imagem positiva da Guiné-Bissau junto de potenciais mercados turísticos no estrangeiro;
- ◆ Tornar o Arquipélago dos Bijagós um destino ecoturístico mundialmente conhecido;
- ◆ Assegurar ligações aéreas internacionais regulares entre a Guiné-Bissau e o resto do mundo;
- ◆ Produzir e disponibilizar informações cruciais aos turistas;
- ◆ Consolidar os mecanismos de segurança e de tratamento preferencial do turista;
- ◆ Promover o turismo nacional por forma a permitir que os Guineenses desfrutem das suas potencialidades turísticas e conheçam melhor o seu país.

3.4. Minas

As minas representam o quarto motor de crescimento do país. A Guiné-Bissau dispõe de importantes riquezas mineiras. As mais importantes são a bauxite em Boé (118,7 milhões de toneladas), os fosfatos em Farim (105,6 milhões de toneladas) e a areia pesada (1 milhão de toneladas). Vários estudos apontam para a probabilidade da existência de petróleo e de gás natural com valor comercial.

Ao contrário do que acontece nos países vizinhos, nenhuma mina importante está a ser explorada na Guiné-Bissau. No entanto, a exploração dos recursos mineiros teria um impacto importante para a economia do país. Estima-se que a extração da bauxite e do fos-





fato permitiria aumentar o PIB em 28%, os rendimentos fiscais em 125% e os rendimentos de exportação em 105%. A Guiné-Bissau deve abrir caminho à exploração mineira, começando com o fosfato, cuja exploração permitirá criar 10 000 empregos no sector.

Propomos:

- ◆ Proceder à revisão da legislação existente neste domínio, segundo padrões internacionais aceitáveis;
- ◆ Criar um quadro institucional favorável ao desenvolvimento do sector;
- ◆ Promover a exploração do fosfato, através nomeadamente da atração de entidades credíveis e conhecedoras da atividade;
- ◆ Desenvolver atividades de mineração artesanal, nomeadamente no domínio de materiais de construção;
- ◆ Realizar um inventário de mineração e uma cartografia geológica da Guiné-Bissau;
- ◆ Continuar os esforços de prospeção de petróleo e de outros minérios potencialmente existentes no nosso subsolo, sempre com atenção à exploração sustentável e à proteção do equilíbrio ambiental;
- ◆ Promover a entrada da Guiné-Bissau na Iniciativa Transparência da Indústria Extrativa (ITIE) em matéria de exploração mineira e de hidrocarbonetos;

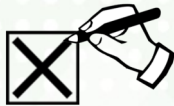
Será iniciada a exploração do fosfato na zona de Farim e realizados os trabalhos de geo-referenciamento das potencialidades mineiras do país.

- ◆ Criar um Fundo Nacional com recursos da exploração mineira para investir no desenvolvimento dos recursos humanos nacionais;
- ◆ Reforçar o âmbito promocional do sector de modo a captar investimentos concretos para alavancar a economia nacional;
- ◆ Reforçar a capacidade institucional no sector.

3.5. Programa de Infraestruturação do País

A infraestruturação do país é parte importante do processo de desenvolvimento. As infraestruturas são fundamentais para libertar os quatro motores de crescimento da economia e acelerar o progresso social. Infraestruturas de qualidade como a energia, as telecomunicações, portos e estradas, facilitam a atividade económica, reduzem os custos de transação, criam emprego e promovem a integração nacional e regional.

A Guiné-Bissau sofre de um enorme défice infraestrutural, a começar pela energia, que



dificulta o crescimento da sua economia. Estima-se que o défice infraestrutural seja responsável pela perda de 1.5% do PIB anualmente. O país precisa implementar um vasto programa de desenvolvimento das infraestruturas em todo o território, nos domínios da eletricidade, água e saneamento, estradas, portos e aeroportos, desenvolvimento urbano e conectividade digital.

Propomos lançar um importante programa público, com uma crescente envolvente de parceria público-privada, de forma a dotar o país de infraestruturas logísticas, energéticas, digitais e urbanas necessárias ao seu desenvolvimento nas seguintes áreas:

3.5.1. Energia, Água e Saneamento

A situação da energia e água na Guiné-Bissau é crítica. O sector da energia é estruturalmente deficitário e pouco competitivo. A capacidade atual de produção nacional é de cerca de 15 MW, não cobrindo nem 10% das necessidades de consumo. A provisão de água potável, particularmente nos grandes

centros urbanos, é extremamente aleatória. Apenas uma pequena parte dos habitantes está conectada à rede pública, devendo a maioria recorrer aos fontanários e aos poços públicos pouco salubres. Nas zonas rurais, onde vive a grande maioria da nossa população, 70% dos habitantes não tem acesso à água potável.

O saneamento básico é muito precário tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais. Apenas 33% da população urbana e 8% da população rural dispõem de serviços adequados de saneamento.

Vamos trabalhar, através de investimentos e reformas no sector, no sentido de resolver definitivamente os problemas de produção e de distribuição de energia elétrica, da água e do saneamento básico às nossas populações. Assim,

Propomos:

- ◆ Reformar o sector de eletricidade e água, mediante: (i) a atualização do quadro normativo e institucional de eletricidade; e (ii) a reforma do quadro institucional e

Um vasto programa de infra-estruturação do país será lançado, abrangendo as áreas da eletricidade e água, telecomunicações, estradas e pontes, portos e aeroportos e planeamento urbano.





normativo da água;

- ◆ Prosseguir os esforços já iniciados com o apoio dos nossos parceiros internacionais no sentido de aumentar substancialmente a produção de energia elétrica, até pelo menos 100 MW no final da legislatura;
- ◆ Consagrar uma atenção especial ao aproveitamento da quota de eletricidade reservada à Guiné-Bissau junto da OMVG;
- ◆ Reformar a Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), preparando-a para a privatização, a qual deverá acontecer dentro do horizonte da legislatura;
- ◆ Criar condições para uma maior eficiência na produção e na distribuição de energia elétrica, através da utilização de fontes de produção de energia elétrica mais barata e de investimentos na rede de distribuição de energia;
- ◆ Explorar a utilização de fontes alternativas de energia (amigas do ambiente), nomeadamente a energia hidroelétrica e solar que poderão ser injetadas na Rede Elétrica Nacional. Nesse sentido, dinamizar o processo para avançar, finalmente, para a construção da barragem de Saltinho;
- ◆ Lançar e implementar gradualmente um programa de eletrificação rural;
- ◆ Atualizar e implementar o Plano Diretor de Água e Saneamento;
- ◆ Aumentar a cobertura da utilização de

água potável pelas populações de 40% atualmente para 60% em 2022.

3.5.2. Telecomunicações

A Guiné-Bissau registou alguns avanços no sector das telecomunicações. Porém, esses avanços, sobretudo no domínio da telefonia móvel, não podem ocultar deficiências estruturais no sector, nomeadamente a necessidade de se conectar a um cabo submarino e de investir na reabilitação da rede fixa e na eficiência da rede móvel.



A passagem para a economia digital, essencial à transformação da Guiné-Bissau num país emergente, enfrenta desafios ligados ao défice de infraestruturas de telecomunicações. A Guiné-Bissau vai precisar nos próximos tempos de uma infraestrutura moderna de telecomunicações a fim de tirar proveito dos avanços da economia digital.

Propomos neste domínio:

- ◆ Adotar um quadro institucional e normati-



- vo favorável ao desenvolvimento das infraestruturas numéricas;
- ◆ Realizar investimentos críticos, nomeadamente para assegurar a conexão do país a um cabo-submarino;
- ◆ Planear a instalação da rede nacional de fibra ótica terrestre, apoiada na rede de telecomunicações;
- ◆ Promover a modernização dos serviços de telecomunicações para uma maior cobertura e eficiência dos serviços móveis, fixos e de internet, nomeadamente por meio da utilização de fibra ótica;
- ◆ Melhorar a cobertura da rede telefónica móvel e a sua respetiva taxa de utilização, bem como a taxa de utilização da internet a nível nacional;
- ◆ Aumentar a taxa de penetração geográfica e populacional dos serviços de telecomunicações;
- ◆ Implementar a lei de base das TICs.
- ◆ Abrir o capital das empresas Guinetelecom, Guinetel e Correios da Guiné Bissau à participação de capitais privados para o relançamento das suas atividades.

3.5.3. Estradas e Pontes

As atuais infraestruturas de transporte da Guiné-Bissau não permitem valorizar o vasto potencial económico do país. A rede rodoviária é pouco densa. Apenas 28% das estradas são asfaltadas, num total de 3 455 km.

A rede de estradas principais é globalmente adequada e melhor do que a média da sub-região. No entanto, a rede atual, especialmente a rede secundária e rural, está consideravelmente deteriorada, como resultado de uma insuficiente manutenção e da frequente sobrecarga nos eixos. Esta deterioração é particularmente marcante no sul do país, tornando difícil o acesso durante a época das chuvas e dificultando o transporte da produção agrícola das zonas de forte produção (Quinara, Tombali) para as zonas de consumo e de exportação (principalmente Bissau).

Para o desenvolvimento de uma rede moderna de transporte multimodal, propomos:

- ◆ Aumentar a rede de estradas primárias com a construção de 1 000 kms de novas estradas asfaltadas, cobrindo principal-

O Sul do país será finalmente des-enclavado com a construção do anel Buba-Catió; Buba-Fulacunda-Tite-Enxudé-Nova Sintra-São João; Mampata-Guiledje-Bedanda.





- mente zonas críticas (conclusão da estrada Buba–Catió e construção das estradas Buba–Fulacunda–Tite–Enxudé–Nova Sintra–São João; Mampata–Guiledje–Bedanda; e São Domingos–Varela);
- ◆ Reabilitar e alargar as estradas nacionais (n. 1 e n. 2);
 - ◆ Reabilitar 500 kms de pistas rurais, principalmente em zonas de grande produção, com a aplicação de mão-de-obra intensiva (HIMO)
 - ◆ Lançar um programa para a construção de algumas pontes estratégicas para facilitar a comunicação entre as diferentes áreas do país, tais como a ponte sobre o Rio Cacheu em Farim e a ponte sobre o Rio Corubal para ligação entre Gabú e Tchetché;
 - ◆ Reforçar o programa de manutenção das estradas e pistas rurais, através do Fundo Rodoviário;
 - ◆ Adquirir novas embarcações (barcaças) para as travessias de Cubumba, São João/Bolama, Bissau/Enxudé e Tchetché/Fulamori;

- ◆ Construir duas terminais rodoviárias em Bissau (capacidade para 30 a 50 autocarros e 9 000 passageiros por dia);
- ◆ Construir 10 terminais de passageiros no interior do país (Prábis, Quinhamel, Bafatá, Gabu, Catió, Buba, Canchungo, Bula, Mansoa e Bissorã).

3.5.4. Portos e Aeroportos

A situação das infraestruturas portuárias e aeroportuárias do país deixa muito a desejar. O Porto de Bissau, principal porto comercial do país, sofre de disfuncionalidades de vária ordem, algumas por falta de investimentos apropriados, outras por uma gestão deficiente. O acesso ao porto é dificultado pela ausência de manutenção, de dragagem de canais e de equipamentos adequados. Os custos das operações portuárias em Bissau estão entre os mais altos da sub-região e a qualidade dos serviços é baixa. Por outro lado, o Porto de Buba, com elevado potencial comercial, ainda está por construir.

No domínio aeroportuário, há a necessidade de dotar o país de infraestruturas favoráveis à integração do país, a nível regional e internacional. A Guiné-Bissau dispõe de um único aeroporto internacional que funciona abaixo das suas capacidades. O aeroporto precisa de trabalhos de reabilitação e de melhoria dos serviços. Existem no interior do país alguns aeródromos, mas precisam igualmente de trabalhos de reabilitação, especialmente os

Serão construídos terminais rodoviários nas principais cidades do interior do país e em Bissau com capacidade para o transporte de 9.000 passageiros por dia.



de Cufar e Bubaque.

Assim, propomos:

- ◆ Realizar trabalhos de reabilitação essencial e de melhoria dos serviços no porto de Bissau (dragagem, aumento do cais de atracagem, etc.);
- ◆ Melhorar a eficiência dos serviços portuários de Bissau e diminuir o tempo de espera (carregamento e descarregamento) dos navios;
- ◆ Viabilizar o funcionamento de uma rede de transporte marítimo nacional e regional;
- ◆ Melhorar a fiscalização marítima;
- ◆ Mobilizar recursos para a construção do porto de Buba, com dimensão e valências à escala regional;
- ◆ Mobilizar recursos para a construção do porto de Pikil;
- ◆ Expandir e melhorar as infraestruturas aeroportuárias de Bissau;
- ◆ Reabilitar o aeródromo de Bubaque;
- ◆ Estudar a viabilidade da reabilitação/construção de aeródromos em algumas localidades do interior.



Serão mobilizados recursos para a construção do Porto de Buba e de Piquil, bem como para a melhoria das condições do Porto de Bissau e do Aeroporto Internacional Oswaldo Vieira.



3.5.5. Desenvolvimento Urbano

As infraestruturas urbanas da Guiné-Bissau são estruturalmente insuficientes e precárias. À medida que o êxodo rural se intensifica e a população de Bissau aumenta, a capital e os principais centros urbanos continuam a carecer de equipamentos funcionais e as infraestruturas existentes carecem de uma adequada manutenção.

As praças, os jardins e os monumentos que outrora constituíam um património cultural do país desaparecem progressivamente, substituídos por construções modernas, por vezes conflitantes com a estética do património urbano que se pretende valorizar.

O planeamento do desenvolvimento das cidades, a classificação do património imobiliário em monumentos históricos, a construção de redes de infraestruturas urbanas e o

convite ao investimento serão os principais pilares da política de urbanização.

Para fomentar o desenvolvimento urbano, propomos:

- ◆ Promover o reforço institucional do sector de urbanização e da habitação;
- ◆ Criar um programa de urgência para o desenvolvimento integral do Arquipélago dos Bijagós;
- ◆ Elaborar e implementar esquemas diretores de gestão urbana de cinco centros urbanos (Bissau, Cacheu, Bolama, Bafatá e Buba), que serão prioritários nesta primeira fase;
- ◆ Incluir nos Planos Diretores das principais cidades costeiras a construção de marginais e de zonas de lazer;





EIXO 4

VALORIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS CIDADÃOS

A Guiné-Bissau continua a apresentar indicadores preocupantes em matéria de desenvolvimento humano, fazendo parte dos dez países do mundo com os piores índices de desenvolvimento humano. Os indicadores relativos à mortalidade materna são assustadores (cerca de 560 óbitos por cada 100.000 nascimentos) e a situação sanitária bastante preocupante. Os níveis de analfabetismo são elevados, sobretudo entre as mulheres, e as condições de vida das populações são bastante precárias, com uma enorme prevalência da pobreza.

Neste eixo são apresentadas as principais propostas do PAIGC para a próxima legislatura no plano da melhoria do capital humano do país, com ênfase nas áreas da educação, saúde, segurança social, cultura, habitação social e desporto.

4.1. Educação

A educação constitui um dos pilares fundamentais do desenvolvimento social. A massificação dos conhecimentos técnicos e científicos influi de forma decisiva nos processos de construção de uma sociedade mais justa, es-

clarecida e com melhor capacidade de resposta aos desafios da modernidade. O capital humano é o nosso principal recurso, pelo que o investimento na educação deverá ser encarado de forma estratégica.

O nosso setor educativo, entre vários problemas, é disfuncional, tem falta de qualidade, é desigual em termos de oferta e não apresenta processos sistemáticos de controlo, avaliação e supervisão. A ausência efetiva destes elementos tem resultado no enfraquecimento progressivo da qualidade do ensino e na consequente redução da nossa capacidade competitiva nas mais diversas áreas do conhecimento.

Para a educação, propomos:

- ◆ Rever a lei de bases do setor educativo, mediante uma ampla discussão nacional, de modo a adequá-la aos desafios e exigências da atualidade;
- ◆ Até ao final da legislatura, elevar para 15% o orçamento total do Estado para a Educação e para 25% o orçamento corrente, de modo a acelerar o alcance da escolaridade primária universal em 2025;
- ◆ Alargar a oferta educativa do ensino públi-



co, aumentando o número de escolas do ensino básico com ciclo completo e de liceus;

- ◆ Promover o alargamento gradual do ensino pré-escolar a nível de todo o país;
- ◆ Promover a formação profissional e assegurar que em cada região haja pelo menos uma escola do ensino técnico-profissional;
- ◆ Lançar a reforma do sistema de ensino, visando a passagem da escolaridade básica de 6 para 9 anos;
- ◆ Proceder à revisão curricular no ensino básico;
- ◆ Incluir conteúdos de história do nosso país nos manuais escolares;
- ◆ Garantir a paridade rapazes/raparigas em termos de frequência do ensino básico e diminuir a disparidade no ensino secundário;
- ◆ Garantir a formação contínua aos docentes e diretores de escola;
- ◆ Acompanhar e avaliar o impacto das políticas educativas, sobretudo através da implementação de provas de aferição aos alunos do ensino básico e secundário;
- ◆ Criar um Instituto Nacional de Bolsas de Estudo para coordenar e desenvolver parcerias no domínio da atribuição de bolsas de estudo;
- ◆ Dignificar a carreira docente e criar um

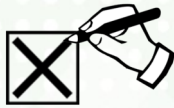
O acesso à educação será alargado em todo o território nacional com o aumento de escolas com ciclo completo e de liceus. Será construído um centro de formação profissional em cada uma das regiões do país. A Universidade Amílcar Cabral será relançada, incluindo um Pólo Universitário por Província.

Fundo de Garantia para o Pagamento dos Salários dos Professores;

- ◆ Relançar a Universidade Amílcar Cabral e criar um Pólo Universitário por Província;
- ◆ Promover a criação de uma estrutura de apoio aos estudantes mais carenciados;
- ◆ Transformar a escola numa referência social e comunitária, acoplando as valências sociais mais deficitárias na comunidade.

4.2. Saúde

O setor da saúde da Guiné-Bissau é extremamente precário. O acesso das populações a um serviço de saúde de qualidade é bastante



limitado, resultando em elevados índices de mortalidade geral da população e da mortalidade infantil e infanto-juvenil.

A taxa de prevalência do VIH/SIDA (2,5% em 2017) ainda é preocupante. Constatase igualmente um aumento da prevalência de doenças não transmissíveis no seio das populações (diabetes, hipertensão arterial, etc.) que constituem uma preocupação crescente dos serviços de saúde pública.

Paralelamente, as doenças endémicas como a malária continuam a apresentar taxas de incidência e de mortalidade bastante elevadas. Esta situação obriga a um aumento do esforço contributivo das fontes domésticas

A saúde de qualidade será uma prioridade. O acesso a uma saúde de qualidade incluirá a construção, reabilitação e equipamento de centros de saúde, a colocação de pessoal qualificado e a adoção do sistema de médico de família.

nos programas de controlo e eliminação da doença levados a cabo pelos nossos parceiros de desenvolvimento na área da saúde.

Para fazer face aos desafios da saúde, a Guiné-Bissau precisa de um sistema de saúde

verdadeiramente funcional, que tenha critérios de qualidade bem definidos e metas concretas a atingir. Esse sistema de saúde terá impactos consideráveis no acesso e na qualidade dos cuidados de saúde prestados à população e na prevenção de doenças que colocam em causa a saúde pública.

Para melhorar o sistema de saúde, propomos:

- ◆ Garantir o acesso universal das populações a um serviço de saúde de qualidade, através da criação de uma rede de centros de saúde e da adoção do sistema de médicos de família;
- ◆ Consagrar anualmente 10% do orçamento total do Estado e 15% do orçamento corrente ao sector da saúde;
- ◆ Dar prioridade absoluta à redução da mortalidade infantil e materna através da melhoria da formação de quadros e das condições de assistência aos partos;
- ◆ Melhorar os serviços de saúde reprodutiva, assegurando o aumento das consultas pré-natais das grávidas e da proporção de partos realizados por pessoal qualificado;
- ◆ Criar um subsídio de maternidade e alargar a licença de maternidade;
- ◆ Reforçar o Programa Nacional de Vacinação, utilizando fundos internos e externos (nomeadamente do GAVI), e assegurar a cobertura vacinal universal para as principais enfermidades;



- ◆ Assegurar que cada região tenha um médico de saúde pública (que poderá ser o Delegado de Saúde) que terá, entre outras tarefas, a responsabilidade da vigilância epidemiológica;
- ◆ Promover programas de controlo e combate à malária, VIH/SIDA, cólera e outras doenças infecciosas, bem como de doenças não transmissíveis como hipertensão arterial e diabetes;
- ◆ Criar uma autoridade do medicamento e garantir a qualidade dos medicamentos comercializados no país;
- ◆ Trabalhar para que até ao final da legislatura possa existir um centro funcional de hemodiálise, permitindo o tratamento no país de insuficientes renais crónicos;
- ◆ Promover a criação de um sistema nacional de emergência médica;
- ◆ Criar um Instituto Nacional do Sangue;
- ◆ Promover, em colaboração com as ordens profissionais do sector, ações de formação contínua que permitam uma atualização constante dos profissionais e a criação de um processo de avaliação para progressão nas carreiras;
- ◆ Adotar incentivos para a colocação de pessoal de saúde em áreas rurais, remotas e desfavorecidas;
- ◆ Promover visitas de trabalho periódicas ao país de médicos e outros quadros Guineenses da área da saúde que trabalham no exterior;
- ◆ Criar, nos diferentes hospitais do país, salas de telemedicina que permitam a discussão de casos clínicos com médicos no estrangeiro, ajudando, nomeadamente, na interpretação de exames complementares de diagnóstico;
- ◆ Construir e equipar um Centro Hospitalar Especializado da Guiné-Bissau (CHEGUIB) para atendimento e resolução de casos mais complexos, reduzindo significativamente as evacuações médicas para o estrangeiro;
- ◆ Transformar o Laboratório Nacional de Saúde num verdadeiro laboratório de referência com padrões internacionais.

4.3. Proteção Social

A Guiné-Bissau não dispõe de um mecanismo moderno de proteção social que assegure o acesso de todos os cidadãos a um sistema de saúde de qualidade, e proteja os mais vulneráveis contra os efeitos de choque. De entre os grupos mais vulneráveis das nossas populações estão as mulheres, vítimas quotidianas de várias formas de abuso.

A proteção de segmentos sociais vulneráveis deverá constar, de forma inequívoca, na agenda das políticas públicas. A dignificação de todos os segmentos da população potencia a coesão social e, consequentemente, a integração e a participação nos processos de



desenvolvimento.

Neste domínio, propomos:

- ◆ Lançar um programa-piloto de atribuição condicional de subsídios monetários às populações mais pobres do país;
- ◆ Reforçar a capacidade institucional do Instituto da Mulher e da Criança, assegurando a sua representação em todas as regiões;
- ◆ Combater o casamento precoce das raparigas;

níveis de saúde dos seus ocupantes.

No nosso país, a maioria das pessoas vive em habitações precárias. Conscientes de que os problemas habitacionais levam tempo a resolver, iremos encorajar, em parceria com o sector privado, um programa gradual de construção de habitação social.

Especificamente, propomos:

- ◆ Criar um Fundo de Fomento Habitacional;
- ◆ Incentivar o desenvolvimento, por parte do sector privado, de programas de habi-

No nosso país, a maioria das pessoas vive em habitações precárias. Conscientes de que os problemas habitacionais levam tempo a resolver, iremos encorajar, em parceria com o sector privado, um programa gradual de construção de habitação social.

- ◆ Eliminar a mutilação genital feminina;
- ◆ Combater o fenómeno do trabalho infantil e das crianças mendigas;
- ◆ Reforçar os programas públicos de apoio às pessoas portadoras de deficiência.

4.4. Habitação Social

As condições habitacionais constituem um fator essencial para a boa qualidade de vida dos indivíduos. Uma habitação condigna proporciona tranquilidade, influencia positivamente o bem-estar físico e espiritual e os

tação para atender às necessidades dos diferentes segmentos da população;

- ◆ Propor soluções de financiamento a longo prazo para a habitação social, a fim de facilitar o acesso à habitação de algumas camadas da população com rendimentos médio e baixo;
- ◆ Disponibilizar habitação social para 2 000 famílias, através de um sistema de mutualidade;
- ◆ Prestar particular atenção ao apoio à habitação aos combatentes da liberdade da Pátria ou suas viúvas.



4.5. Cultura

A Guiné-Bissau tem um potencial cultural enorme devido à sua diversidade étnica e riqueza histórica. O desenvolvimento cultural potencia o encontro dos vários grupos com as suas idiossincrasias e reforça os sentimentos de pertença à Nação Guineense.

A cultura representa um fator de desenvolvimento humano e, quando enquadrada em processos de economia criativa, configura-se como um domínio produtivo a ser rentabilizado.

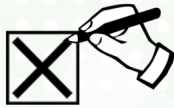
Considerando a importância da cultura para o desenvolvimento humano, propomos:

- ◆ Elaborar uma política nacional da cultura, baseada em abordagens inovadoras que enquadrem os capitais culturais numa dinâmica de economia criativa sustentável;
- ◆ Criar centros culturais enquanto estruturas multifuncionais distribuídas pelas regiões, equipadas com bibliotecas, ludotecas e salas TIC;
- ◆ Lançar um programa de renovação do património cultural com o objetivo de restaurar a preciosidade histórica e arquitetural da Guiné-Bissau (como por exemplo Bolama);
- ◆ Promover e implementar a lei do mecenato;
- ◆ Promover a valorização da escultura e do artesanato local;



A Cultura e o Desporto serão promovidos no âmbito da valorização dos recursos humanos, em respeito ao lema 'mente sã em corpo sã'.

- ◆ Criar uma escola de artes;
- ◆ Criar centros de artes e ofícios nas regiões;
- ◆ Construir uma biblioteca nacional e uma rede de bibliotecas regionais;
- ◆ Construir um palácio da cultura em Bissau;
- ◆ Construir o museu dos combatentes da liberdade da Pátria;
- ◆ Estimular a produção cinematográfica e audiovisual nacional;



- ◆ Organizar anualmente uma semana da cultura, reunindo o conjunto de povos e grupos culturais da Guiné-Bissau para promover as culturas locais e apoiar a criação cultural;
- ◆ Criar um programa de subvenções que financiará pelo menos três projetos culturais inovadores por ano.



4.6. Desporto

O desporto é um domínio estratégico de desenvolvimento humano. Para além do impacto ao nível da saúde pública, viabiliza também sentimentos coletivos de identificação e de pertença. A promoção e a valorização do desporto, perspetivada numa lógica estratégica e humanista, criam efeitos estruturantes ao nível da coesão social e do desenvolvimento económico.

No domínio do desporto, o objetivo será incentivar a prática desportiva e o esplendor do desporto Guineense a nível nacional e

internacional. Para o efeito, propomos:

- ◆ Elaborar uma política nacional do desporto que enquadre o desporto numa dinâmica de valorização social e económica;
- ◆ Criar o Instituto Nacional do Desporto com tutela sobre todos os aspetos relacionados com o desenvolvimento desportivo;
- ◆ Regulamentar a política desportiva através da adoção da Lei de base da atividade física e do desporto e de outros documentos normativos;
- ◆ Reforçar as infraestruturas desportivas (campos de jogo, estádios) em todas as localidades do país;
- ◆ Promover e incentivar a prática da atividade desportiva, sobretudo pelos jovens, dando azo ao lema 'corpo são, espírito são';
- ◆ Promover e incentivar o desporto integral para deficientes motores;
- ◆ Apoiar as estruturas nacionais a organizarem competições desportivas nacionais em várias modalidades desportivas e a promoverem a formação;
- ◆ Atribuir bolsas para atletas de alto rendimento desportivo;
- ◆ Apoiar a participação da Guiné-Bissau em competições desportivas internacionais e em particular as Africanas;
- ◆ Criar um programa público que financiará pelo menos três projetos desportivos por ano.



EIXO 5

REDINAMIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA, INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIÁSPORA

A presente legislatura foi uma oportunidade perdida para projetar a imagem externa da Guiné-Bissau como um país estável e ator credível no concerto das Nações. O início da governação transmitiu e reforçou a convicção de toda a comunidade internacional de que a Guiné Bissau iria finalmente alcançar a tão almejada estabilidade política e governativa, deixando para trás os ecos perturbadores da instabilidade e dos conflitos que fazem com que o nosso país continue a merecer a atenção e constar da agenda internacional pelas piores razões.

A Mesa Redonda de Bruxelas simbolizou um momento importante do processo de credibilização do país nos palcos internacionais e um virar de página rumo a um futuro mais promissor para a Guiné-Bissau e o seu povo. Infelizmente, a longa crise política que se seguiu ao derrube do governo legítimo do PAIGC, liderado pelo Eng. Domingos Simões Pereira, voltou a colocar o país numa situação desconfortável aos olhos da comunidade internacional.

O principal objetivo da política externa será o de reabilitar a imagem da Guiné-Bissau no

exterior e assegurar a progressiva credibilização do país, procurando atrair investidores estrangeiros e voltando a captar a atenção dos tradicionais parceiros de desenvolvimento. A nossa política externa visará, entre outros, o resgate dos compromissos de Bruxelas, permitindo assim o desembolso e a alocação dos recursos para o início da implementação do Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka.

A redinamização da política externa e da integração regional passará, igualmente, pela melhoria das relações de amizade e cooperação com os nossos vizinhos, no quadro das organizações regionais e sub-regionais (CEDEAO e UEMOA), bem como o reforço do papel da Guiné Bissau no esforço regional e continental de promoção da democracia, dos direitos humanos e da paz e segurança no mundo.

Finalmente, a política externa deverá velar pelo bem-estar das nossas comunidades espalhadas pelo mundo, valorizando a sua condição de cidadãos Guineenses de pleno direito e incentivando a sua participação no desenvolvimento económico, social e cultural



A política externa será orientada para o restabelecimento da imagem positiva da Guiné-Bissau, o reforço da nossa cooperação, bilateral e multilateral, a promoção do investimento estrangeiro e o resgate dos fundos prometidos na Mesa Redonda de Bruxelas.

do país. O objectivo é estabelecer uma sinergia dinâmica entre o Estado da Guiné-Bissau e a nossa diáspora, visando a sua participação no desenvolvimento económico e social, nomeadamente através do financiamento de projectos de desenvolvimento. Propomos:

5.1. Uma Diplomacia virada para o Desenvolvimento

- ◆ Dinamizar os serviços diplomáticos e con-

sulares, internos e externos, de modo a contribuírem para a mudança da imagem do país;

- ◆ Reforçar o quadro das nossas relações bilaterais e multilaterais com os nossos parceiros estratégicos, tendo em vista a dimensão externa do interesse nacional;
- ◆ Incentivar e promover o investimento estrangeiro;
- ◆ Dar atenção prioritária à nossa atuação no



âmbito das Nações Unidas, particularmente na Comissão de Consolidação da Paz (PBC) – Configuração Específica para Guiné-Bissau;

- ◆ Rever os pressupostos de adesão à carreira diplomática e consular.

5.2. Cooperação Internacional

- ◆ Estabelecer um diálogo com os parceiros de desenvolvimento com base no Plano Estratégico e Operacional Terra Ranka, a fim de recuperar as promessas da Mesa Redonda;
- ◆ Coordenar as intervenções e garantir o uso eficaz da ajuda externa;
- ◆ Melhorar a qualidade dos serviços de atendimento das embaixadas e consulados;
- ◆ Adotar uma diplomacia económica mais estruturada e proativa com o propósito de atrair mais e melhor investimento externo para o país;
- ◆ Apoiar as acções das Associações Empresariais e dos agentes económicos nacionais no estrangeiro.

5.3. Integração Regional e Sub-Regional

- ◆ Criar mecanismos de promoção e acompanhamento dos processos de integração regional tanto a nível político, como da

cooperação multilateral, em coordenação com as instituições nacionais competentes;

- ◆ Dar especial atenção às relações e parcerias com as organizações regionais e sub-regionais, nomeadamente a UEMOA, a CEDEAO e a União Africana;
- ◆ Criar condições mais propícias para uma integração regional e sub-regional efetiva;
- ◆ Criar mecanismos de seguimento dos parceiros da sub-região e trabalhar para consolidar os laços de cooperação;
- ◆ Coordenar esforços com os países da sub-região e os parceiros internacionais na luta contra o crime organizado e o tráfico internacional de droga.

5.4. Participação da Diáspora Guineense no Desenvolvimento da Guiné-Bissau

- ◆ Reconstruir a confiança entre o Estado e a diáspora, envolvendo as instituições públicas na melhoria das condições de vida dos emigrantes e facilitando a reintegração dos que desejarem regressar ao seu país de origem;
- ◆ Dar maior atenção à nossa diáspora e criar condições para servir melhor os emigrantes Guineenses no exterior, assegu-



- rando a sua efetiva participação no processo de desenvolvimento do país;
- ◆ Estimular os fluxos económicos provenientes da diáspora e as remessas dos emigrantes;
- ◆ Simplificar os procedimentos administrativos e alfandegários em relação aos emigrantes, reduzindo a burocracia e o tempo de espera, nomeadamente através da criação de um Gabinete Único para a diáspora;
- ◆ Criar uma estrutura de acompanhamento e de apoio à diáspora em matéria de investimento e de implementação de projetos;
- ◆ Organizar anualmente na Guiné-Bissau uma semana dedicada à diáspora para debate e sensibilização sobre todos os aspetos relacionados com a situação dos nossos emigrantes;
- ◆ Promover melhores serviços públicos nas missões diplomáticas e consulares da Guiné-Bissau por forma a dar melhor assistência à diáspora, incluindo as suas associações, federações, e ONGs;
- ◆ Reestruturar e reconfigurar a distribuição geográfica das redes dos Serviços Diplomáticos e Consulares e dotá-las de melhor capacidade de resposta.

A nossa Diáspora merecerá uma atenção especial de modo a facilitar a sua participação no processo de desenvolvimento nacional e o seu regresso e sua inserção no país.

Uma semana do emigrante será realizada anualmente para discutir e encontrar soluções para os problemas dos nossos emigrantes.





EIXO 6

PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO CAPITAL NATURAL

A biodiversidade constitui um eixo transversal a todo o Programa Eleitoral do PAIGC. Contudo, dada a sua importância, ela é apresentada como um eixo independente, encorajando políticas públicas que visem tirar vantagem da nossa biodiversidade e assegurar a sua preservação como fator crucial para um desenvolvimento sustentável que beneficie as gerações futuras.

Apesar da sua reduzida superfície, a Guiné-Bissau representa uma exceção ecológica na África Ocidental. O país dispõe de um rico ecossistema que merece ser preservado. A sua cobertura florestal serve de fronteira entre o Sahel e a floresta tropical húmida da África Ocidental. O seu território é ao mesmo tempo continental e insular. O Arquipélago dos Bijagós é reserva da biosfera reconhecida pela UNESCO. A sua vasta zona de mangal que cobre todo o seu litoral é um lugar de reprodução privilegiado das espécies pelágicas do conjunto do Golfo da Guiné. As áreas protegidas cobrem 26% do território e representam um modelo exemplar de gestão ambiental sustentável.

Entretanto, o país depende fortemente da exploração dos recursos naturais e dos serviços prestados pelos ecossistemas para o seu

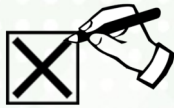
desenvolvimento económico e a redução da pobreza das suas populações.

Nos últimos anos, a pressão sobre o capital natural tem vindo a crescer devido não só aos fatores naturais (mudanças climáticas), mas sobretudo às atividades antrópicas ligadas ao mercado e à sobrevivência das comunidades (alimentação, energia doméstica, habitação, etc.). De igual modo, os investimentos no sector mineiro e o programa de infraestruturação do país podem trazer consequências ambientais negativas.

Por isso mesmo, adotaremos políticas sustentáveis de desenvolvimento, suscetíveis de preservar a nossa biodiversidade em benefício das gerações presentes e vindouras.

Assim, propomos:

- ◆ Realizar a zonagem agroecológica, para apoiar as decisões de planeamento, desenvolvimento e uso racional do território nacional;
- ◆ Assegurar que os projetos de desenvolvimento sejam desenvolvidos com base em políticas ecologicamente racionais;
- ◆ Realizar estudos de impacto ambiental antes da implementação de qualquer projeto;



A nossa biodiversidade e o nosso capital natural serão protegidos através de uma gestão exemplar dos recursos e as capacidades técnica e institucional do IBAP e da Fundação BIOGUINÉ serão reforçadas.

- ◆ Reforçar o apoio ao processo de criação de Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas (SNAP) enquanto suporte para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável;
- ◆ Zelar pela implementação efetiva da legislação existente em matéria de proteção ambiental, nomeadamente a lei de base do ambiente, lei de avaliação ambiental, lei-quadro das áreas protegidas e lei florestal, bem como dos diferentes regulamentos e planos de ação existentes;
- ◆ Garantir a proteção eficaz do meio ambiente, nomeadamente através da adoção de um dispositivo institucional que permita a dissuasão, a tributação, o controlo e a repressão eficaz de atos ilícitos no território terrestre e marítimo;
- ◆ Determinar quotas limites da pesca, caça, exploração florestal, ocupação do solo pela agricultura e frequência dos sítios protegidos pelo sector do ecoturismo.
- ◆ Reforçar a capacidade de gestão sustentável do capital natural, mediante (i) a capitalização da Fundação BioGuiné (FBG); (ii) o reforço do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP); (iii) e o reforço institucional da administração florestal;
- ◆ Tomar medidas concretas para lutar contra a desertificação e atenuar os efeitos da seca;
- ◆ Fortalecer a conservação e a gestão dos recursos biológicos da pesca e reforçar a fiscalização, o desmantelamento e a realocação de acampamentos de pesca artesanal ilegal;
- ◆ Promover e melhorar as técnicas tradicionais de conservação e de gestão sustentável do ecossistema do mangal e dos seus recursos;
- ◆ Promover o inventário dos recursos halieúticos e a implementação de planos de gestão integrada de recursos em água.



PAIGC

I FORÇA DI POVO